



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

A PERSPECTIVA DE GÊNERO NO SERVIÇO SOCIAL: os impactos do (anti)sexismo na formação e atuação profissional

SE THE GENDER PERSPECTIVE IN SOCIAL WORK: the impacts of (anti) sexism on training and professional performance

Andreza Oliveira Barros¹

Maria Clara Teresa Fernandes Silveira²

RESUMO

O artigo discute sobre a relação entre gênero e Serviço Social, mais especificamente como esta se apresenta na formação e no exercício profissional da categoria. A investigação parte de uma retomada histórica da trajetória do papel do “feminino” no Serviço Social, além de uma revisão sistemática de literatura que analisa os anais do II SINESPP (2018). A proposta é compreender mais sobre o que está sendo discutido através da análise de pesquisas de estudantes de serviço social e assistentes sociais para assim conhecer o que está sendo dito sobre gênero dentro dos estudos de serviço social. A análise pode contribuir para o adensamento na percepção da importância dos estudos de gênero para mitigação de opressões da dominação-exploração de gênero, raça e classe.

Palavras-Chaves: Gênero; Serviço Social; Revisão sistemática

ABSTRACT

The article discusses about the relation between gender and Social Work, more specifically how this is presentes in the training and professional practice of the category. The reseaech begins from a historical resumption of the trajectory of the role of the “feminine” in the Social Work, besides a systematic literature review that examines the annals of the SINESPP (2018). The proposal is to comprehend more about what is discussed through the analysis of Social Work student's and Social Worker's researchs for to get to know what is being said about gender within Social Work studies. The analysis can contribute to the tickening in the perception of the importance of gender studies

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí, Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET Serviço Social; Email: andrezaoliveira8840@gmail.com.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPI; Graduada em Serviço Social - UFPI. Email: mctfernandes7@gmail.com

for the mitigation of oppressions of domination-exploration of gender, race and class.

Keywords: gender, social work, systematic review.

INTRODUÇÃO

Em sua gênese o Serviço Social se apresentou em consonância com doutrinas da igreja católica, com princípios associados a vocação, ajuda, caridade e benevolência. Não por coincidência, esses aspectos eram (e são até hoje) associados como papéis femininos, por isso a profissão se inicia destinada às mulheres com esse perfil.

Um longo caminho foi traçado para legitimar a profissão, os maiores destaques são a ruptura com as doutrinas da igreja católica e o processo de reconceituação - com início nos anos 1960 e 1970 - que marca a passagem das teorias e práticas profissionais conservadoras - assumindo o materialismo histórico dialético marxista para análise das expressões da questão social. Nesse contexto, onde estão situados os estudos de gênero e a importância desses na práxis profissional?

A sociedade capitalista neoliberal se sustenta na exploração da classe trabalhadora e segue desmontado Políticas Públicas. Atualmente (2020), crescem cada vez mais projetos conservadores e reacionários, sendo o Estado - com o governo Bolsonaro - um dos atores de desmonte de direitos, se colocando completamente contra projetos, políticas e ações que defendem igualdade de gênero.

Nessas disputas de projeto, o Serviço Social aparece com seu projeto ético-político em defesa de direitos, visando a construção de uma nova ordem societária, contra preconceitos e qualquer forma de discriminação de classe, raça e gênero, possuindo dilemas e desafios manifestados pelas questões conjunturais que advêm de uma sociedade patriarcal-capitalista.

Desta forma, este trabalho visa refletir sobre a relação entre as questões de gênero e Serviço Social enquanto profissão, para assim problematizar e investigar o debate sobre gênero e os impactos deste na atuação profissional. A produção teórica do Serviço Social manifesta-se na desconstrução de práticas misóginas, machistas, LGBTQIA+ fóbicas e demais expressões que perpassam a sociedade capitalista brasileira? A prática profissional de assistentes sociais confronta ou reproduz essas

relações do sistema de dominação-exploração? Que particularidades as pesquisas em Serviço Sociais trazem aos estudos de gênero?

A metodologia proposta consiste em análise através de uma revisão sistemática de literatura, a qual “trata-se de um tipo de investigação focada em questão bem definida, que visa identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis” (GALVÃO; PEREIRA, 2014). Dessa forma têm-se a análise de trabalhos publicados nos anais do II Simpósio Internacional de Políticas Públicas, considera-se os artigos publicados no ano de 2018, na modalidade de comunicação oral em “Questões de gênero, raça/etnia e geração”.

Tal escolha de base para a pesquisa funda-se na importância e impacto do simpósio para a graduação de Serviço Social e pós-graduação em políticas públicas, assistentes sociais dentre outras áreas afins dos estudos sociais. Para a organização sistemática do trabalho e análise final do material, se utilizou como critérios de inclusão: a) estudos com a temática de gênero e Serviço Social b) apontamentos no texto que vinculam o estudo com o Serviço Social ou a profissionais da área. Para a exclusão tiveram-se os critérios: a) apesar de se encontrar na modalidade de comunicação oral, e no GT “questões de gênero, raça/etnia e geração”, não apontam uma relação com o Serviço Social. Assim, após a exclusão pelo critério referido foram selecionados, lidos e analisados quatro trabalhos. Nessa direção busca-se analisar os aspectos de gênero no Serviço Social considerando essa relação histórico/dialética com rebatimentos na contemporaneidade.

2 DA EMERGÊNCIA AOS DIAS ATUAIS: uma breve trajetória do gênero (feminino) no Serviço Social

A marca feminina atribuída ao Serviço Social advém da sua gênese na década de 1930 na sociedade brasileira, essa ocorreu ligada à Igreja católica com aperfeiçoamento das mulheres para realizar missão do apostolado com as famílias trabalhadoras (IAMAMOTO, 2017). Assim, a partir “[...]do “humanismo cristão”, que serão instituídas as práticas e valores em torno da carreira de Serviço Social. Estes últimos, por sua vez, articularam as expectativas, habilidades e qualidades naturalmente atribuídas ao feminino na tradição ocidental cristão” (CISNE, 2004, p.54).

O processo de institucionalização enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho surge da “necessidade de uma nova modalidade de intervenção do Estado [...]” (NETTO, 2009, p.25) demandada pelo capitalismo monopolista, sob essas condições de respostas imediatas às necessidades da classe trabalhadora, o Estado é capturado para desenvolver intervenções contraditórias (NETTO, 2009) e romper com a repressão e benevolência no plano interventivo, assim, emergem políticas sociais públicas que possibilitam a entrada da profissão para mediar as relações conflitantes entre capital e trabalho.

O Serviço Social mesmo “à época de sua institucionalização, teve seus quadros profissionais preenchidos por maioria esmagadora de mulheres” (VELOSO apud CISNE, 2004, p.53), as mulheres permaneceram sendo preteridas para as ideias caritativas e conservadoras que a profissão demandava. Essas realizavam atuações principalmente junto às famílias operárias, com a naturalização de papéis, as mulheres eram a “cliente” principal, assim as ações relacionavam-se com higienização, cuidado com as crianças, formação moral e doméstica das famílias, eram capacitadas para desenvolver atividades de controle, doutrinárias e técnicas (IAMAMOTO, 2014). Essas tarefas eram realizadas a partir de instrumentos e técnicas mais elaborados para “ajustar” os sujeitos aos interesses da ordem social dominante, esses fundamentam-se na recepção “à influência norte-americana, fundada na teoria sistêmica e no funcionalismo, expressa nas formulações do Serviço Social de caso, de grupo e no desenvolvimento de comunidade” (IAMAMOTO, 2017, p.25).

Não obstante, com a entrada da década de sessenta uma série de mudanças se processam no cenário brasileiro, que advém de um contexto internacional, onde:

autocracia burguesa investiu na reiteração de formas tradicionais da profissão, seu movimento imanente apontou [...], para uma ponderável reformulação do cenário do Serviço Social, justamente pela instauração daquelas condições novas [...]. Tais condições vinculam-se sobretudo à reorganização do Estado e as modificações profundas na sociedade que se efetivaram, durante o ciclo autocrático burguês, sob o comando do grande capital (NETTO, 2005, p.118).

Esse momento histórico produz insatisfações sinalizadas na América Latina (Movimento de Reconceituação) e de formas diversificadas nos países que a profissão estava inserida na divisão sexual e social do trabalho (NETTO, 2005), surgiram questionamentos ao Serviço Social tradicional que posteriormente resulta na recusa

dessas bases teóricas e práticas tradicionais, assim se desenvolve o processo de renovação na profissão.

Esse processo ocorre em três fases distintas, com destaque para a última denominada de intenção de ruptura, “ao contrário das anteriores, esta possui como substrato nuclear uma crítica sistêmica ao desempenho “tradicional” e aos suportes teóricos, metodológicos e ideológicos” (NETTO, 2005, p.159). Essa perspectiva possibilita a aproximação com o marxismo, apesar que inicialmente essa aproximação acontece de forma problemática, contudo a maturação dessa confluência contribui para a consolidação da ruptura ao tradicionalismo, e impulsionar a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Atualmente, o Projeto Ético-Político (PEP) tem como base a Lei 8662/93 de Regulamentação, as Diretrizes Curriculares (1996), o Código de Ética de 1993 e outros. Este possui as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, essas são essenciais para o exercício profissional comprometido com os usuários dos serviços sociais. A materialização desse compromisso é fundamental, pois:

[...] o Serviço Social é uma profissão formada prioritariamente por mulheres oriundas da classe trabalhadora e, como tal, além de mediatizada por um forte recorte de classe social, também é mediatizada por predominância de mulheres pardas ou negras. Esse também é o perfil das usuárias dos serviços sociais, a quem os(as) assistentes sociais prestam serviços (LIMA, 2014, p. 55).

Destarte, o Serviço Social possui um projeto profissional que, conforme Souza (2014) manifesta o que a profissão representa, por meio de valores, objetivos, funções que a legitima socialmente, também podem confrontar ou defender “projetos societários” vigentes ou em construção. O Código de Ética do/a assistente social reúne princípios e valores básicos, como pluralismo, defesa da liberdade, recusa ao autoritarismo; luta contra preconceitos e discriminações de classe, raça, gênero, etnia, orientação sexual; além de “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993, p.23). É perceptível que a categoria profissional consolidou avanços fundamentais para o exercício da profissão, com amadurecimento teórico, na pesquisa com aproximação à realidade, e apreensão das problemáticas da vida social, além do engajamento político.

Contudo, questiona-se, os/as assistentes sociais desenvolvem uma prática profissional alinhada aos subsídios teórico-metodológicos inerente à profissão? Com destaque para as discussões que englobam gênero, raça e classe, além da constatação nítida da presença majoritária de mulheres na profissão desde a gênese dessa, é necessário ampliar o campo de estudo para “formação de um/a profissional que desvende a realidade em suas múltiplas expressões, objetivando construir uma intervenção qualificada na realidade social” (ALVES, 2017, p. 159), percebendo o processo de trabalho circunscrito nas relações sociais e exercendo sobre elas uma atuação.

3 REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Diante da relação histórica e social entre Serviço Social e mulheres, e finalmente os aspectos de raça e classe, surge a necessidade de introduzir na formação as múltiplas questões que emergem e permanecem sobre essas expressões na sociedade capitalista e, assim, adentram aos espaços sócio-ocupacionais da profissão.

Carloto e Lisboa (2012) expõem que as questões de gênero e seus rebatimentos são apreensões posta ao Serviço Social pelo código de ética, além disso, cresce interesse pelo tema nas pesquisas e campos de estágio, e os espaços de trabalho também ocupam-se dos impactos e necessidades geradas pelas relações de gênero. Todavia, na categoria formativa e profissional “o tema ainda é tratado como “específico”, “a parte” e não como ferramenta teórica transversal ao campo teórico que contribua para compreensão das relações sociais marcadas pela dominação-exploração” (CARLOTO, LISBOA, 2012, p.9-10).

Contudo, é fundamental apontar que contradição capital/trabalho reúne diversas expressões das desigualdades sociais, conforme Iamamoto (2015, p.114)

A gênese da questão social encontra-se enraizada na contradição fundamental que demarca esta sociedade, assumindo roupagens distintas em cada época: a produção, cada vez mais social, que se contrapõe à apropriação privada do trabalho, de suas condições e seus frutos. Uma sociedade em que a igualdade jurídica dos cidadãos convive, contraditoriamente, com a realização da desigualdade. Assim, dar conta da questão social, hoje, é decifrar as desigualdades sociais – de classes – em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente etc.

Desse modo, com intuito de compreender como se manifesta esse conjunto de desigualdades na sociedade, mais especificamente as de gênero, raça e classe e seus rebatimentos na intervenção profissional e na formação de assistentes sociais, tem-se como base a análise dos artigos selecionados (quatro), os quais resultam³: compreensão das mulheres em relação aos direitos de guarda, pensão alimentícia e de visita definidos no processo de mediação de conflitos desenvolvidos pelo Serviço Social (CARMO; COSTA, 2018), o segundo faz um enfoque na questão racial, não abandonando a tríade com aspectos de raça e classe ao analisar movimentos sociais de mulheres negras (LIMA; SILVEIRA, 2018); o quarto aborda a influência da mídia e sua utilização a partir de estereótipos machistas dos corpos femininos em propagandas (SOUSA, 2018), o último pesquisa as desigualdades gênero presente nas políticas sociais, em especial a de assistência social (VASCONCELOS, 2018).

A pesquisa de Carmo e Costa (2018) centra-se na percepção das mães que passaram pelo processo de mediação de conflitos exercido pelo Serviço Social em um núcleo da Defensoria Pública. Essas mães ficaram com a guarda das crianças (guarda unilateral), e os pais apenas fazem visitas quinzenais, ou seja, o cuidado, a responsabilização sobre as crianças recai sobre as mães. As autoras também destacam que as mulheres optam pela guarda unilateral em função da compartilhada, mas esse tipo de guarda não impede os conflitos entre os responsáveis. Percebe-se assim as imposições ideológicas postas pelo machismo, inicialmente pela escolha da responsabilidade não compartilhada - a mãe, determinada socialmente como a responsável pelo cuidado, reproduz essa visão e escolhe (quando possui essa possibilidade) não dividir as muitas responsabilidades com os pais. Entretanto isso não expressa as necessidades dessas mulheres, com duplas ou até triplas jornadas de trabalho, pois elas querem a participação dos pais na divisão do cuidado dos/as filhos/as, “do ponto de vista materno, há reclamações sobre a pouca ou inexistente presença do pai no cuidado dos filhos, sem contar a insatisfação por ver ex-companheiro tendo poucas responsabilidades nisto” (CARMO; COSTA, 2018, p. 125).

Sousa (2018) também dialoga como o patriarcado e sua ideologia machista influem nas relações, assim, aponta as potencialidades da mídia para reproduzir

³ Todos os artigos analisados foram publicados nos anais do II SINESPP.

estereótipos, utiliza-se de relações desiguais de gênero para produzir propagandas e comercializar mercadorias a partir da sexualização do corpo feminino, com aspectos que apelam a submissão da mulher ao homem.

Lima e Silveira (2018) apontam a necessidade de partir dos recortes de raça, classe e gênero para compreender as diferentes manifestações da questão social, com enfoque em como o movimento de mulheres negras se constrói e se organiza, por diferentes perspectivas teóricas. As autoras reivindicam um espaço de análise específica da questão social (objeto de intervenção do assistente social) que fale sobre negritude, em especial mulheres negras. Assim, elas afirmam que as mulheres negras estão na base da pirâmide social e econômica, surgindo a necessidade de apresentar que esse movimento diverso se organiza, tendo em vista a inevitabilidade de reivindicar os seus direitos historicamente negados pelo Estado e invisibilizados na luta de outros movimentos sociais.

Diferentemente de Carmo e Costa; Sousa; Lima e Silveira (2018) abordam ou fazem em suas pesquisas recortes de gênero, entretanto, tem-se no total análises voltadas às mulheres e as desigualdades que as atinge. Sendo essa categoria permeada de diversas identidades, nota-se que apenas Lima e Silveira (2018) discutem e destacam a variável raça como aspecto fundamental para compreensão das opressões geradas a partir desse aspecto social. As pesquisas foram desenvolvidas a partir dos espaços de trabalho das/dos assistentes sociais (como a temática se expressa na prática) ou como objeto de estudo do Serviço Social, essencial para compreensão e aplicação no exercício profissional.

Além do mais, destaca-se nessa mesma perspectiva de discussão - gênero (mulheres) e Serviço Social - a pesquisa de Vasconcelos (2018), essa com mais afinco que as demais expostas, correlaciona o processo de trabalho de assistentes sociais na política de assistência social e o “lugar do gênero” nesse espaço sócio ocupacional, também discute a contraditoriedade dessa política expressa em particular na desigualdade de gênero, destaca que:

Quando falamos na materialização dessa política nos Centros de Referência de Assistência Social, percebemos que o público-alvo é a mulher e não a família em sua totalidade, que a consubstancialidade da assistência social reproduz e reitera as desigualdades de gênero e o papel da mulher na sociedade. [...] os papéis colocados para a mulher como ser mãe, ser

cuidadosa e delicada, educadora, frágil, entre outros, são apropriados e reforçados na manutenção da política de assistência social (VASCONCELOS, 2018, p. 231).

Desse modo, as análises tragas por Vasconcelos (2018) assim como as demais, centram-se nas “questões femininas”, onde as opressões expressas em desigualdades que abrange as mulheres, as vezes especificado a classe dessas ou subentendido pela política de assistência social. Vasconcelos (2018) também não considera ao discutir a política de assistência social a dimensão de raça, apresentando apenas de forma geral a relação entre raça, gênero e classe. Torna-se fundamental apontar que “gênero” nos artigos, como objeto das pesquisas ou como relação concreta que se manifesta para as/os assistentes sociais na sua prática profissional, reduz-se a mulher, também, não se observa as mulheres na sua diversidade de raça, sexualidade, e invisibiliza os entrelaçamentos das relações de gênero e raça (e outras) como expressões concretas do desenvolvimento das relações de desigualdade sociais.

4 CONCLUSÃO

Conforme o exposto, os estudos de gênero são fundamentais para uma formação e prática profissional sem discriminação e reprodução de preconceitos. Em função dos resultados percebidos (onde gênero se torna sinônimo de mulheres), é importante apontar que os estudos de gênero e Serviço Social não somente englobam estudos sobre mulheres. Assim, questiona-se onde estão as pesquisas produzidas por assistentes sociais sobre diversidade de gênero, masculinidades, orientação sexual e diversidade de gênero, por exemplo, tendo em vista que são problemáticas frequentes no exercício profissional.

Através da análise é possível verificar que as “questões de gênero” manifestam-se no exercício profissional de assistentes sociais, contudo, hegemonicamente as pesquisas de gênero em serviço social falam sobre mulheres e dentro dessa própria categoria existem as variáveis de raça e classe. Apenas um dos artigos fala especificamente sobre mulheres negras, de forma teórica, os demais não apresentam esse recorte ao relacionar seus estudos com a prática. Não assumir esse recorte significa ignorar as diferenças de raça que impactam na questão social, que, sendo uma falta nos estudos teóricos, vai refletir na prática profissional de assistentes sociais - estes vão para

os campos de atuação sem despertar para a realidade do racismo estrutural, podendo reproduzir e até reforçar essas desigualdades. Dessa forma, a escassez de pesquisas com recorte de raça, em Serviço Social, é um reflexo da natureza estrutural do racismo no Brasil.

É preciso ressaltar que a cada dia temos mais estudos que abordam questões de gênero (não somente mulheres) e que a pequena amostra pesquisada através de revisão sistemática não reflete necessariamente no todo das pesquisas em Serviço Social no Brasil. Através dessa metodologia, no entanto, podemos afirmar que, utilizando gênero como categoria, os estudos sobre mulheres cisgênero ainda são a maioria nas pesquisas acadêmicas em Serviço Social, o que em momento algum invalida a necessidade destes, visto a realidade de dominação-exploração vivida cotidianamente por mulheres, principalmente negras, pobres e transgêneros.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. N. **Relações patriarcais de gênero e Serviço Social no Brasil**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2017.

CARMO, L. F. O. do; COSTA, A. C. R. da. A percepção de mulheres sobre guarda, pensão alimentícia e direito de visita após o processo de mediação de conflitos realizado pelo Serviço Social de um núcleo da Defensoria do estado do Pará. In: II Simpósio Internacional Estado Sociedade e Políticas Públicas, 2, 2018, Teresina. **Anais...** Teresina: Editora da UFPI (EDUFPI), 2018.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

CISNE, M. **Serviço Social de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

GALVAO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, mar. 2014. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000100018&lng=pt&nrm=iso>. acesso em: 08 jun. 2020.

IAMAMOTO, M. V. 80 anos dos Serviço Social: a certeza na frente, a história na mão. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr., 2017.

IAMAMOTO, M. V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. Trabalho e Serviço Social: redimensionamento da profissão ante as transformações societárias recentes. In _____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015. cap. 2, p. 83 -140.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.]. - 4ª ed. Brasília: Ipea, 2011. p. 39: il.

LIMA, P. S. de; SILVEIRA, M. C. T. F. O movimento de mulheres negras: em busca de um consenso teórico. In: II Simpósio Internacional Estado Sociedade e Políticas Públicas, 2, 2018, Teresina. **Anais...** Teresina: Editora da UFPI (EDUFPI), 2018. p.

LIMA, R. de L. de. Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 117, p. 45-68, Mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000100004&lng=en&nrm=iso>. acesso em: 08 jun. 2020.

NETTO, J. P. As condições sócio-históricas da emergência do Serviço Social. In _____. **Capital monopolista e Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009. cap. 1, p.16 - 77.

NETTO, J. P. **A renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa**. In _____. Ditadura e Serviço Social. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005. cap. 2, p.117- 305.

SOUSA, V. M. F. de. Persuasão midiática e banalização das relações de gênero na mídia: uma abordagem sobre a utilização vulgarizada de corpos femininos em comerciais. In: II Simpósio Internacional Estado Sociedade e Políticas Públicas, 2, 2018, Teresina. **Anais...** Teresina: Editora da UFPI (EDUFPI), 2018.

SOUZA, V. B. Gênero, marxismo e Serviço Social. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 13-31, jan./jun. 2014.

VASCONCELOS, M. L. G. O lugar do gênero feminino: uma breve análise da desigualdade de gênero nas políticas sociais. In: II Simpósio Internacional Estado Sociedade e Políticas Públicas, 2, 2018, Teresina. **Anais...** Teresina: Editora da UFPI (EDUFPI), 2018.